

6740

Novo Oriente / Vara Única da Comarca de Novo Oriente



0000264-34.2018.8.06.0134

Classe	: Procedimento Comum
Assunto principal	: Seguro
Competência	: Cível Interior
Valor da ação	: R\$ 13.500,00
Volume	: 1
Requerente	: <u>URANO FERREIRA DE SOUSA</u>
Advogada	: Antonia Naiana de Sousa Oliveira Torres (OAB: 31366/CE)
Requerido	: <u>MARÍTIMA SEGUROS S.A</u>
Distribuição	: Sorteio - 18/09/2018 15:29:52

Va
Vara Única

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE NOVO ORIENTE/CE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ
COMARCA DE NOVO ORIENTE-CE
PROTOCOLO Nº 1.840-1-18
DATA 18/09/2018 às 14:20
RESPONSÁVEL

URBANO FERREIRA DE SOUSA, brasileiro, divorciado, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG nº 22.262.933-2, inscrita no CPF sob o nº 101.449.193-20, residente e domiciliado no Povoado Baixa Fria, s/n, Baixa Fria, Bairro Zona Rural CEP: 63740-000 – Novo Oriente – CE, não possui endereço eletrônico, por sua advogada que esta subscreve, com instrumento de mandato anexo, advogada inscrita na OAB/CE sob o número 31.366, e-mail: naianatorres.adv@hotmail.com, endereço profissional na Rua Elpidio Rodrigues, nº 289, Centro, Novo Oriente/CE, onde recebe intimações, vêm respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro Na Lei 6.194/74, propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

Em face de **MARÍTIMA SEGUROS S.A.**, empresa seguradora, inscrita no CNPJ sob o número 47.184.510/0001-20, com endereço na Rua Barbosa de Freitas, número 795, Bairro: Meirelles, Fortaleza/CE, CEP: 60.170-020, endereço eletrônico desconhecido, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

O requerente é agricultor, desta forma não tem como arcar com as custas processuais sem comprometer o sustento de sua família, desta forma nos termos dos artigos 98 e 99, do Código de Processo Civil, informa não possuir condições de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento, razão pela qual, considerando a remota

probabilidade de interposição de recurso, requer antecipadamente o deferimento do benefício da gratuidade de justiça.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em 03/08/2015, quando estava vindo para esta cidade, a motocicleta HONDA/CG, 125 FAN KS, na cor azul, de PLACA NQO 5400/CE, estava sendo conduzida por Raimundo Sousa Oliveira, quando o mesmo perdeu o controle da direção em uma curva, vindo ambos a cair. No momento foram socorridos por Cicero Coelho que os levou para o Hospital e maternidade Dr. José Maria Fernandes leitão, conforme ficha de atendimento hospitalar anexada, devido ao acidente o autor sofreu graves lesões corporais, conforme Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia Civil.

Desse sinistro, restaram lesões irreparáveis ao Autor, tais como: traumatismos múltiplos e fatura no antebraço esquerdo.

Ocorre que o autor ao ingressar com o requerimento junto a seguradora, teve seu pedido indeferido (cancelado), sob alegação de falta de pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por vias públicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. A parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional do membro supra mencionados corresponde ao valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT, segundo prontuário médicos acostado em anexo.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz jus à indenização financeira pelas sequelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, in verbis:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte

- II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente
III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte conforme documentos comprobatórios anexo, tais como laudo médico dos danos físicos acometidos e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º da lei 6.194, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 373 do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), **portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário**, não podem ser admitidas.

Como mencionado anteriormente, o requerente teve seu pedido de indenização negado na via administrativa, pois segundo a Seguradora o veículo estava com pagamento do prêmio Seguro Obrigatório atrasado na época do fato, no entanto, a negativa é incabível segundo entendimento da Súmula 257 do STJ, vejamos:

Súm. 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Sendo assim, a falta de pagamento do seguro DPVAT não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Esse é entendimento dos Tribunais:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DPVAT - INADIMPLÊNCIA DO SEGURADO - IRRELEVÂNCIA PARA O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO - ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELA SÚMULA 257 DO STJ - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL - DATA DO SINISTRO - RECURSO NÃO PROVIDO - SENTENÇA MANTIDA. - Conforme entendimento consolidado pelo enunciado da **Súmula 257 do colendo STJ: "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização"** - Portanto, o direito ao recebimento da indenização depende apenas da prova do acidente e dos danos causados por ele, o que restou demonstrado à saciedade na hipótese, não estando vinculado ao pagamento do prêmio do seguro DPVAT - A correção monetária deve ser incidir a partir da data do sinistro (REsp 1483620/SC), e os juros de mora desde a citação - Sentença mantida. Recurso não provido. (Processo **AC 10000171076177001 MG**, Publicação 15/03/2018, Julgamento **11 de Março de 18**, Relator Mariangela Meyer)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO - DPVAT - INADIMPLÊNCIA DA SEGURADA EM RELAÇÃO AO PRÊMIO - IRRELEVÂNCIA PARA FINS DE RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO - ENTENDIMENTO DA SÚMULA Nº 257 DO STJ - COMPENSAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL - DATA DO EVENTO DANOSO. Tendo em vista a presença de provas que levem à convicção do juízo quanto à ocorrência do sinistro noticiado e que as lesões sofridas pela parte autora decorrem de tal acidente, não há falar em ausência de nexo causal. A inadimplência do prêmio do seguro DPVAT pela proprietária do veículo não constitui motivo para a recusa do pagamento da indenização (Súmula nº 257, do STJ). **Apesar de obrigatório, o não pagamento do seguro DPVAT gera apenas situação de irregularidade administrativa do veículo, impedindo a emissão do certificado de registro e licenciamento (CRLV), mas não impede o recebimento da indenização correspondente pela vítima de acidente** envolvendo veículos automotores. A correção monetária tem início na data do evento danoso, uma vez que foi a partir deste momento que surgiu o direito da parte em perceber a indenização. (Processo **AC 10143170031510001 MG** Publicação 06/04/2018 Julgamento **26 de Março de 2018** Relator Alberto Henrique).

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - SEGURO DPVAT - INADIMPLÊNCIA DO SEGURADO EM RELAÇÃO AO PRÊMIO - IRRELEVÂNCIA PARA FINS DE RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO - ENTENDIMENTO DA SÚMULA Nº 257 DO STJ. A inadimplência do prêmio do seguro DPVAT pela proprietária do veículo não constitui motivo para a recusa do pagamento da indenização (Súmula nº 257, do STJ). **Apesar de obrigatório, o não pagamento do seguro DPVAT gera apenas situação de irregularidade administrativa do veículo, impedindo a emissão do certificado de registro e licenciamento (CRLV), mas não impede o recebimento da indenização correspondente pela vítima de acidente envolvendo veículos automotores** (

Processo: AC 10000180182958001 MG Publicação 11/05/2018 Julgamento 8
de Maio de 18 Relator Alberto Henrique).

Diante do exposto, podemos concluir que a falta de pagamento do seguro DPVAT não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

O acidente automobilístico que vitimou o autor ocorreu em 03/08/2015. Conforme declaração médica, ele permaneceu em tratamento durante alguns meses, ou seja, meses depois houve a consolidação das lesões, como podemos comprovar com Boletim de Ocorrência com data da comunicação em 16/03/2016 (anexo). Realizou pedido administrativo apenas aproximadamente abril de 2016, no entanto ao consultar o resultado do pedido foi surpreendido com o cancelamento do mesmo. Sendo assim, Até a resposta definitiva da ré ao segurado o prazo prescricional fica suspenso.

Vejamos entendimento dos Tribunais:

EMENDA-APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. NECESSIDADE DE GRADUAÇÃO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. Prescrição - Embora o termo inicial do prazo prescricional de três anos seja a data do sinistro, o seu curso resta suspenso caso haja pedido administrativo de pagamento da indenização, ou a consolidação das lesões ocorra em momento posterior. No caso dos autos, em que pese tenha o acidente ocorrido em 09- 07- 1994, verifica-se que a parte autora permaneceu em tratamento até 2008, oportunidade em que se consolidaram as lesões sofridas. Assim, não há falar em prescrição, porquanto a ação foi ajuizada em 19-001-2009. Art. 206, § 3º, IX, do CC.1. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do advento da Súmula 474 do STJ. 2. Indenização devida. Hipótese em que a parte autora faz jus ao recebimento da indenização, conforme percentual de invalidez indicado no laudo pericialVproduzido. APELAÇÃO DA RÉ PARCIALMENTE PROVIDA, EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO. (Apelação Cível Nº 70045595428, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 24/09/2014).

Ementa -AGRAVO RETIDO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE OCORRIDO NA VIGÊNCIA DO NOVO CÓDIGO CIVIL. INCIDÊNCIA DA NORMA DO ARTIGO 206, § 3º, INCISO IX, DO CC/2002. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. CONTAGEM DO PRAZO DA DATA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INVALIDEZ E **PRAZO SUSPENSO COM O PEDIDO ADMINISTRATIVO ATÉ RESPOSTA DEFINITIVA DA SEGURADORA**. AGRAVO RETIDO IMPROVIDO. O acidente automobilístico que vitimou o autor ocorreu em 07/12/2009. Conforme declaração médica, ele permaneceu em tratamento até julho/2010. Realizou pedido administrativo em 02/01/2013. No entanto, a seguradora não demonstra quando cientificou o autor da negativa de pagamento. Até a resposta definitiva da ré ao segurado o prazo prescricional está suspenso. APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COBRANÇA. INVALIDEZ PARCIAL E PERMANENTE COMPROVADA. NECESSIDADE DE QUE O AUTOR SEJA INDENIZADO DE ACORDO COM O COMPROMETIMENTO FÍSICO APURADO. PEDIDO PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO NESTA PARTE IMPROVIDO. Analisando o que consta dos autos, a invalidez parcial e

permanente do autor restou comprovada. Pelo que consta do laudo, o autor é detentor de um dano patrimonial funcional de 2,5%, correspondendo ao dano funcional residual (10%) do ombro direito, tomando como parâmetro a tabela DPVAT. Consequentemente, deve ser devidamente indenizado. APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COBRANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA A PARTIR DA DATA DO ACIDENTE E DA CITAÇÃO, RESPECTIVAMENTE. PRECEDENTE DO C. STJ. RECURSO NESTA PARTE PROVIDO. Na sentença houve erro material. A correção deve incidir da data do acidente, pois com esse critério fica mantido o poder aquisitivo da moeda, evitando-se assim sua depreciação. Sem a devida correção, há evidente prejuízo ao autor, o que não se pode admitir. Já os juros de mora devem ser calculados apenas da data da citação.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto ao Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência **determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no grau a ser apurado em perícia judicial**, com a devida correção monetária que deverá incidir a partir do dia 03/08/2015 data do fato e juros e mora a partir da citação.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373 do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

No presente caso, tem-se em tela um ato ilícito pelo descumprimento de obrigação contratual por parte do Réu, o que se enquadra no Código Civil nos seguintes termos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Ou seja, pela omissão voluntária do réu, que reflete diretamente num prejuízo ao Autor tem-se configurado um ato ilícito.

No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, **responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.**

Portanto, trata-se de necessária indenização proporcional ao dano sofrido pelo Autor, conforme precedentes sobre o tema:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PROPORCIONALIDADE. 1- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez permanente parcial, deve ser fixada em valor proporcional ao grau do dano sofrido pela vítima do acidente automobilístico. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-GO - AC: 04574988420088090065, Relator: DR (A). SEBASTIAO LUIZ FLEURY, Data de Julgamento: 22/09/2016, 4A CÂMARA CIVEL, Data de Publicação: DJ 2124 de 04/10/2016)

Trata-se da necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado o compromisso firmado pelo contrato e a ocorrência do descumprimento, outra solução não resta se não o imediato pagamento do débito, conforme amplamente protegido pelos tribunais.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADO RÉ

A responsabilidade pelo pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT pago parcialmente, por invalidez de vítima causada por veículo automotor de via terrestre, é da seguradora ou de qualquer uma que pertença ao Consórcio, existindo, inclusive enunciados nesse sentido:

“Enunciado 26: O Beneficiário do seguro Obrigatório (DPVAT) pode postular de qualquer seguradora integrante do convênio (resolução SUSEP-CNSP n.º 56/2001) o complemento de indenização paga a menor, ainda que o pagamento anterior tenha sido efetuada por seguradora diversa-Turma Recursal- TJPR”.

No mesmo sentido o entende o Egrégio STJ:

“SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Procedente. Recuso conhecido e provido. (REsp. 401.418/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR< QUARTA TURMA< julgado em 23.04.2002.. DJ 10.06.2002. p. 220).”

Portanto, a requerida possui Legitimidade para configurar no polo ativo da lide.

CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL



Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro 03/08/2015:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. I- CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. Em se tratando de ação de cobrança de seguro DPVAT, a correção monetária incide a partir da data do sinistro, ou seja, do efetivo prejuízo, nos termos da Súmula nº 43 do Superior Tribunal de Justiça.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) A concessão da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil, vez que o autor se declara hipossuficiente (declaração anexa);
- b) A citação do réu, na pessoa de seu representante legal, para, querendo responder a presente demanda;
- c) Determine que a requerida apresente a carta de indeferimento do pedido administrativo do seguro DPVAT;
- d) A procedência do pedido, com a condenação do Réu ao pagamento imediato das quantias devidas, no valor de R\$ 13.500,00, acrescidas ainda de juros e correção monetária partir 03/08/2018 data do fato;
- e) A produção de todas as provas admitidas em direito;
- f) Manifesta o interesse na realização de audiência conciliatória;
- g) A condenação do réu ao pagamento de honorários advocatícios nos parâmetros previstos no art. 85, § 2º do CPC;

Dá-se a causa, o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Nesses termos,
Pede Deferimento.

Novo Oriente/CE, 19 de setembro de 2018.

Antônia Naiana de S. Oliveira Torres
ANTÔNIA NAIANA DE SOUSA OLIVEIRA TORRES
OAB/CE 31.366